

Executivo na Câmara Municipal de Lisboa

PORTUGAL e o Yemem assinaram um acordo de cooperação...

ALVARADO da comissão da Comissão Nacional de Defesa...

Os jornalistas e o 25 de Abril

OS DEPUTADOS da Assembleia da República...

A. P. I.

DESAI - 1974 - Agência Portuguesa de Informação...

Voto em branco com traço por cima

UMA vez que não se trata de um voto a favor...

Fretulin estuda experiência moçambicana

UMA VISITA ao Brasil de dois membros da Comissão...

Ciclo da RTP considerado revisionista

CONSTITUIÇÃO de um RPT - modelo, segundo um plano...

Suspensão na RTP

UMA SUSPENSÃO de um ciclo de filmes que estava na RTP...

Próximo EXPRESSO fora sexta-feira

POUR O PROXIMO 25 de Abril, um Sábado e dia de eleição...

Expresso

DIÁRIO DE NOTÍCIAS E DE OPINIÃO - PUBLICADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Lei da Rádio põe termo a concessões privadas

Esta lei, a 1.ª do seu género, estabelece a total exclusividade da rádio...

Fin das concessões

Os meios de comunicação de massa, a imprensa...

Comparações

Uma das consequências da Lei da Rádio é a extinção...

A anexação do Sikkim no conjunto da política indiana

Advertisement for Rosa Coutinho's book 'A anexação do Sikkim no conjunto da política indiana'.

Revogação de parte do Código Administrativo

A revogação de uma parte do Código Administrativo...

Demissão de Franco?

UMA vez que não se trata de um voto a favor...

Soldados e operários reúnem-se em congresso

OS TRABALHADORES e militares reuniram-se em congresso...

UMA VISITA ao Brasil de dois membros da Comissão...

CONSTITUIÇÃO de um RPT - modelo, segundo um plano...

UMA SUSPENSÃO de um ciclo de filmes que estava na RTP...

Advertisement for TISSONIC electronic watches.

Relações Yemen-Portugal

PORTUGAL e o Yemen decidiram estabelecer relações diplomáticas e proceder à troca de representações a nível de embaixadas.

Executivo na Câmara Municipal de Lisboa

O ALARGAMENTO da composição da Comissão Administrativa da Câmara de Lisboa com um ou dois representantes das Juntas de freguesia, e a concessão às Comissões de Moradores da responsabilidade da execução de planos globais ou locais são algumas das inovações aprovadas pela Câmara Municipal de Lisboa no sentido de reorganizar as suas estruturas. Também se prevê a formação de um Executivo da Comissão Administrativa com amplos poderes de execução das deliberações desta. Os serviços Administrativos são divididos em três escalões: serviços cuja função é preparar decisões e esclarecer políticas (como o Gabinete de Planeamento e Programação); serviços com a função de executar o plano de actividades e directamente dependentes do executivo; serviços de coordenação da gestão global e controlo (como o Gabinete da Direcção Geral).

O chamado Executivo vai de facto substituir-se, em larga medida à Comissão Administrativa, passando a ser uma realidade politicamente importante na prática quotidiana da Câmara Municipal de Lisboa.

Os jornalistas e o 25 de Abril

POR DESPACHO conjunto do Primeiro-ministro e dos ministros Metelo e Jesusino, é autorizada a presença de jornalistas junto das assembleias ou secções de voto no próximo dia 25 de Abril. Os jornalistas deverão para poderem obter as imagens ou outros elementos de reportagem, identificar-se perante os membros da mesa antes de iniciarem a sua actividade. Para este efeito serão devidamente credenciados pelo Ministério da Comunicação Social.

Por outro lado não poderão colher imagens nem de qualquer modo aproximar-se das câmaras de voto a ponto de poderem comprometer o carácter secreto do sufrágio. Também não poderão obter outros elementos de reportagem, quer no interior da Assembleia ou Secção de Voto, quer no exterior dela até à distância de 500 metros, de forma a violarem o segredo do voto. De um modo geral é-lhes vedado perturbar o acto eleitoral.

SERÁ API — Agência Portuguesa de Informação e não APP — Agência Portugal-Press a designação da nova agência noticiosa pública portuguesa. De facto, a segunda designação que constava do projecto de lei sobre a matéria, teve de ser afastada já que se veio a provar existir uma entidade jurídica com designação semelhante.

Aguarda-se a breve aprovação por Conselho de Ministros da lei.

Voto em branco com traço por cima

PARA que o voto em branco se não preste a manipulações, a Comissão Nacional de Eleições aconselha a quem tal desejar fazer, traçar um risco sobre o respectivo boletim. Nesse sentido emitiu um comunicado onde textualmente se diz, «sem sido objectado que um voto em branco se presta a manipulações a ser preenchido fraudulentamente. Aconselha-se, portanto, o eleitor que não quiser votar em qualquer partido, a traçar um risco no seu boletim de voto. É mais seguro».

Fretilin estuda experiência moçambicana

LOURENÇO MARQUES (do nosso Correspondente — Manuel Veiga) — Para uma troca de experiências com a Frelimo e alcançar o apelo do povo moçambicano e do Partido, como base para as conversações que irá ter em Lisboa, com o governo português, chegou a Lourenço Marques, Nicolau Lobato, vice-presidente da Fretilin (Frente Revolucionária do Timor Leste Independente) ainda no aeroporto Nicolau Lobato declarou ao correspondente do EXPRESSO que a Fretilin é um movimento que tem como objectivo alcançar a independência total para Timor, até agora colónia portuguesa, como única via para libertar o povo da exploração do homem pelo homem. Interrogado sobre as futuras relações com Portugal declarou que espera que elas sejam sempre de amizade e cooperação.

Ciclo da RTP considerado revisionista

CONSTATANDO que a RTP decidiu apresentar, em plena campanha eleitoral, um ciclo denominado «Cinema: uma arma anti-fascista» a partir de selecção de filmes escolhidos por Lauro António, o Cine Clube Universitário de Lisboa (CCUL) decidiu convocar para domingo um colóquio, que se realizará às 21,30 horas no Teatro Vasco Sárvana, com o fim de debater temas ligados à evolução do cinema soviético antes e depois de 1956, as características da arte revisionista e qual o significado do aludido ciclo e do primeiro filme que o integra. — «Quando passam as ovelhas» — na situação política actual.

O ciclo em causa e considerado pelo CCUL como inspirado

qual os filmes seleccionados não integram obras como «Outubro» e «O Couraçado de Potemkine», em que as massas são os verdadeiros heróis.

A convocatória distribuída pelo CCUL, salienta a necessidade de «lutar por um Cinema Novo», integrado numa «Cultura Democrática e Popular».

Suspensão na RTP

FOI SUSPENSO por três dias das funções que exerce no Rádio Televisão Portuguesa José Manuel Marques, pelo facto de ter sido identificado a rasgar um cartaz do Partido Socialista Português. A medida foi aplicada pelo Conselho de Administração daquela empresa pública.

ELEIÇÕES À VISTA

À MEDIDA que se aproxima o 25 de Abril de 1975, adensa-se o ambiente em Portugal.

Por um lado, alguns elementos do MFA insistem em atacar os partidos, em descrever da capacidade de discernimento dos eleitores, em minimizar as eleições, em propor o voto em branco. Por outro, os últimos dias de campanha implicam as apoteoses dos vários partidos, na medida das suas possibilidades, quer através da TV e da Rádio, quer em comícios e sessões, e provocam claramente os contrastes e as contradições, o exacerbar dos ódios e das paixões, a irrepreensível presença da caça ao voto.

Entretanto, certos partidos insinuam que se prepara nova intenção para antes das eleições e podem a vigilância popular, enquanto que outros advertem os seus militantes contra boatos que surgem a ocorrência de graves alterações da ordem pública até ao dia das eleições. Por sua vez, elementos do MFA anunciam a divulgação, antes de sexta-feira próxima, do relatório sobre o 11 de Março (bem como do referente ao 28 de Setembro, que continua por publicar) e, à míngua de informação, cada vez se especula mais sobre o respectivo conteúdo.

●

É neste clima algo confuso que os portugueses se preparam para votar. O seu voto destina-se a eleger deputados que vão redigir uma Constituição que em boa parte já se encontra definida, através do pacto entre o MFA e seis partidos. Mas o modo como votarem revelará também as opções de fundo sobre a Constituição do Portugal novo.

Daí os receios e as pressões, as promessas e as intimidações, os prenúncios e desmentidos de golpes e contra-golpes, nesta semana decisiva. Há quem não queira eleições, há quem as queira, mas com limitações e paternalismos e há quem as queira como único método legítimo de chegar ao poder. Há quem não acredite nas eleições por julgar que em nada modificarão uma sociedade dita burguesa, há quem as considere apenas como um passo controlável de uma revolução de costurões já estabelecidos e há quem veja nelas o mais importante acto de auto-determinação do povo português desde o 25 de Abril de 1974.

●

Há um ano, encetámos um processo revolucionário que tem vindo a ser acelerado e a ultrapassar-se a si próprio, mercê da força das circunstâncias e de vontade dos homens que orientam e por ele se responsabilizaram. O país estava subdesenvolvido, económica e mentalmente, e precisava ser despertado e sacudido.

Um ano decorrido, Portugal parece ter acordado para as suas realidades e ter tomado consciência de que os problemas que nele existem são graves e têm de ser resolvidos com urgência. Para além dessa indispensável tomada de consciência, poucos desses problemas vêm, no entanto, sido resolvidos, na prática e em concreto. Destruziu-se ou corrigiu-se muito — e era preciso fazê-lo — mas construiu-se pouco.

●

As eleições que se avizinham poderão constituir o momento de arranque da reconstrução, na medida em que indicarão o modo que os portugueses escolherão para o fazer.

Para tal terão de ser livres e sérias. Assim o compreendem tanto os que as querem e nelas acreditam como sobretudo os que as receiam ou as minimizam.

Leclerc, François

PUBLICAMOS ESTA SEMANA, na página que, desde o início da campanha eleitoral, temos vindo a preencher com artigos de jornalistas estrangeiros presentes em Portugal, a seguinte colaboração: De François Leclerc, especialista do «Monde Diplomatique» em questões do médio oriente e africanas, que colabora também em «Politique Hebdo» com textos sobre Portugal; de Christian Rudel, especialista em questões hispano-latino-americanas do diário católico francês «La Croix»; de Robert K. Middlemas, professor de Ciências Políticas e História da Universidade de Sussex, em Inglaterra e autor de um livro sobre Moçambique e Cabora Bassa, a sair brevemente em Portugal.

Contamos publicar na próxima semana colaboração americana e brasileira.

Que “transição para o socialismo”?

François Leclerc

NA SUA última conferência de imprensa, o Primeiro Ministro evocava, a “transição para o socialismo”, e o Almirante Rosa Coutinho, nas suas recentes entrevistas, exprime o seu interesse pelas “experiências” cubanas, peruanas, jugoslavas e argelinas. O último Plenário do MFA foi menos alusivo, ao sublinhar a necessidade de estabelecer “a todos os níveis as estruturas de participação popular”, o mesmo se podendo dizer do Conselho da Revolução quando fala do “controlo pelos trabalhadores dos meios de produção”, mas os contornos duma “transição portuguesa para o socialismo” ainda são imprecisos. O PPD, que se não confunde com o MFA, não preconiza, no Alentejo, por exemplo, a “autogestão”. Por detrás das palavras, ou por detrás dos programas...

E, sem dúvida, necessário

que passem as eleições para a Assembleia Constituinte para que se clarifiquem as intenções. A instauração de novas relações sociais, no desenrolar do processo revolucionário, preparando o país para “contar essencialmente consigo próprio” tendo em conta o bloqueio económico, é agora inevitável.

Mas o seu carácter socialista, não é ainda uma aquisição. Ele dependerá mais da mobilização dos trabalhadores, do que deste ou daquele “motor”, que poderá contudo garanti-la.

De que intenções se trata? Da instauração duma democracia burguesa, que é agora um luxo que a própria burguesia não se pode permitir, dada a emergência das contradições de classe? (Não estará ela desenvolvendo uma estratégia subversiva que se pode comparar à empregada com sucesso, no Chile?). Dum

“capitalismo de Estado”, de expressão necessariamente autoritária e repressiva para poder fazer suportar às massas os “sacrifícios” necessários? Da aplicação duma estratégia “anti-monopolista” que, em nome de etapas ditas inevitáveis, são presságio, uma vez mais, duma abertura ao capitalismo reaccionário? Em nome do “povo”, e mesmo do Programa do MFA, tudo é possível...

Os planos económicos de emergência suocodem-se, integrando medidas cada vez mais radicais. Mas as nacionalizações e a reforma agrária — cuja extensão é ponto decisivo — não asseguram, só por si, que a transição ao socialismo seja irreversível. O bonapartismo da burguesia de estado argelino ou o dos militares peruanos “nasserianos”, para não irmos ao processo de burocratização por que passou

a revolução soviética de 1917, mostram os seus limites quando se trata da democracia dos trabalhadores. A electrificação sem os soviets, não é o socialismo!

Nos bancos e nas companhias de seguros nacionalizados como nas propriedades agrícolas ocupadas aparece uma outra exigência: a da gestão do seu trabalho pelos trabalhadores, eleitos e revocáveis em assembleias gerais, a da substituição do Estado pela pirâmide dos conselhos de trabalhadores, a todos os níveis e em todos os domínios. Limitar o "poder dos trabalhadores" ao simples "controlo" é considerar com efeito, que esse poder o não é de facto, e que o poder real é outro. Quem o detem, então?

As comissões de trabalhadores, as secções e organizações sindicais, funcionando democraticamente,

as comissões de soldados e de oficiais, as comissões de aldeias ou de ocupação de terras ou as comissões de "mal-sóciados" são o começo dum movimento e de situações de "duplo poder" que traduzem a mesma perspectiva que as Juntas de Abastecimento Popular, os Comandos Comuns e os Cordões Industriais que se desenvolveram nos últimos tempos da "Unidade Popular" chilena. Dando um conteúdo concreto à palavra de ordem de "poder popular": a generalização dos "poderes para todos".

De que socialismo se trata? Dum socialismo anti-burocrático, dum socialismo autogestionário.

Mas como chegar lá? Como resistir à subversão reaccionária e abafá-la? (Visto tratar-se do mesmo problema quando a burguesia, apoiada pelas forças imperialistas, finalmente compreende que o

"melhor" dos golpes de Estado não pode ser bem sucedido se se apoia na sabotagem económica e a organização em seu proveito da pequena e média burguesia).

Podem os trabalhadores sózinhos e contra os que eventualmente deles se reclamam, levar a cabo tarefas tão gigantescas? Se eles encontraram no MFA — nas suas tendências progressistas e radicalizadas — uma força com que adquiram uma experiência comum ou para lela de luta, uma expressão política organizada, um partido revolucionário para a autogestão podia permitir-lhes dar esse passo em frente, ajudando-os a organizarem-se e a orientarem-se.

Então à unidade do povo com o MFA sucederia a unidade de todos os trabalhadores e a "transição para o socialismo" levaria efectivamente ao Socialismo.

Rudel, Christian

Por que acredito na revolução portuguesa

Christian Rudel

PÔE-ME sempre um problema cada vez que tenho de falar sobre um país que não é meu. Por um lado, há sempre a tendência de interpretar segundo os nossos prismas, de estabelecer certos paralelismos com realidades que conhecemos, por outro repugna-me fazer um julgamento sobre seja o que for. Acho que a imprensa estrangeira ocidental gosta demasiado de dar lições. Desde que, a 25 de Abril, Portugal se lançou na via da democracia, apareceram «professores de democracia» a avisar dos perigos e a dar conselhos, mas esses mesmos professores nunca souberam, durante

os anos de ditadura, dizer «cuidado, vocês estão em ditadura». Isso leva-me a olhar com reservas esses professores e a evitar eu próprio cair nos erros que lhes aponto. Tento apenas compreender a revolução portuguesa, evitando julgamentos definitivos, quaisquer que sejam as minhas simpatias. A atitude de um jornalista não pode deixar de ser sempre modesta, pois ele apenas vê a superfície das coisas e, mesmo quando consegue ir mais fundo, ele apenas vê uma parte das causas e das consequências.

A revolução portuguesa, para mim, talvez não tenha

começado no dia 25 de Abril, mas uns meses mais tarde, quando os militares se deram conta das consequências que tinha tido e podia ter aquela acção concreta realizada no dia 25. A revolução prossegue por entre um amontoado ideológico ligado aos conceitos de democracia formal ocidental mas é neste momento difícil saber aonde se chegará. Cada revolução é, numa certa medida, sempre original visto que se apoia sobre condições concretas que são diferentes mas pode dizer-se que esta o é mais, por ter partido de militares que constituíam o principal apoio do governo que derrubaram. É nítido que

foi só a certa altura que os militares se definiram em termos de uma opção socialista. Isto, quanto a mim, por duas razões: porque perceberam que, para a sua sobrevivência, já não era possível outra via e também porque a esperança popular entretanto criada o empurrava num caminho sem regresso. É, pois, neste entrecruzar do movimento dos militares com o movimento popular que se situa a revolução, o que explica o carácter de turbilhão, de eferescência, de fervor e dinamismo mas também os erros e hesitações que a caracterizam.

É neste fervilhar que se exprime o carácter de um

povo. Exemplo disso é que, ao longo de três decisivas etapas da revolução, a perda de vidas humanas não tenha ultrapassado uma dezena, ao contrário do que se passa com outras revoluções. É precisamente porque numa revolução se exprime o carácter de um povo que se torna difícil ser «juiz» do exterior e prever o fim do processo.

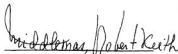
Para os que, do exterior, observam uma revolução, é preciso que admitam a necessidade de fazer tábua rasa do que ficou para trás sabendo que cada revolução será mais sangrenta ou mais pacífica, mais acelerada ou mais lenta, de acordo com o carácter do povo que a faz. Que admitam também que cada revolução terá os seus erros, as suas hesitações mas, que, sendo ela a expressão de liberdade de um povo não é possível reprimi-la, condená-la, combatê-la.

É certo que, olhada a curto prazo, qualquer revolução em perigo o equilíbrio social mundial mas, se olharmos a história, veremos que das revoluções resultaram sempre novas formas de equilíbrio, em geral permitindo um avanço, um passo em frente no contexto mundial, nos planos político, económico e social. É evidente que é sempre preferível deixar as revoluções seguir o seu curso visto que, tal como no plano individual, uma evolução reprimida é origem de conflito, assim também uma revolução «frustrada» converte-se-

mais tarde ou mais cedo, em fonte de problemas. Ao admitir-se isto, está-se a condenar, por um lado, qualquer intervenção externa (política, económica, militar) num processo revolucionário de um país e está-se a reconhecer a esse país a inteira responsabilidade de condução do processo revolucionário. Processo que se realiza sempre num contexto original. O caso de Portugal (velho império colonial, saído de 50 anos de ditadura, de 10 anos de guerra colonial, dominado por um capitalismo anárquico) não é idêntico ao da Argélia (país saído de uma recente guerra colonial) ou do Peru (integrado num território económico muito preciso). É a incerteza provocada por estas diferenças específicas que leva as pessoas a quererem e a serem tentadas a quererem enfiar cada revolução num modelo já conhecido. Pode resumir-se a regra de qualquer revolução na frase de Saint-Just: «Não há liberdade para os inimigos da liberdade».

Para concluir, direi que a revolução portuguesa me parece ter muitas hipóteses de sucesso porque o seu motor, o MFA, reconhece a importância da iniciativa popular, o que garante revolução um carácter de criatividade que é fundamental.

(Traduzido a partir de um depoimento falado)



O MFA e os movimentos de libertação

Robert Keith Middlemas

PARA UM estrangeiro o, MFA é uma permanente fonte de interesse, muito especialmente para mim como historiador e cientista político, pois me permite fazer comparações e observar as suas diferentes etapas. Motivo de especial interesse é o que se passa aqui para quem pôde observar de perto o processo que se desenvolve em Moçambique e a interacção de forças diversas sobre um movimento de libertação.

Perguntei pois a mim próprio não só qual o significado histórico do MFA mas também como será possível comparar este movimento com movimentos que conheço como o da FRELIMO. Este é um ponto de partida diferente do que seria uma simples análise do momento eleitoral.

A origem dos movimentos são bastante diferentes. O MFA tem uma base militar comum e uma mesma origem de classe. A FRELIMO integra intelectuais, operários e camponeses. Este aspecto do MFA dá-lhe uma força básica que lhe permite ultrapassar a diversidade de

opiniões e lutas por liderança no seu seio. A experiência colectiva tem ajudado a criar chefia colectiva sem os conflitos que quase destruíram a FRELIMO em 1968/69.

Mas há ainda outra diferença. O MFA não passou dez anos a lutar do exterior. Isto significa que não existe uma herança de amargura em sectores da população antes fiéis ao velho regime. Não há comparação entre os fascistas e os conspiradores do 28 de Setembro e do 11 de Março e os numerosos grupos tribais de Moçambique que permaneceram leais a Portugal até à Revolução. Não tem havido mortes a lamentar, apenas há a PIDE e a Legião a ser julgadas por crimes universalmente considerados como tais.

O MFA não precisava, por outro lado, de suporte externo, como o que a FRELIMO teve da China e da Rússia. Dai que tivessem as mãos livres para estabelecer relações internacionais sem terem mortos ou crimes a justificar e não há nada que justifique a intervenção de poderes estrangeiros contra

os verdadeiros interesses de Portugal. Numa crise económica o Governo pode pedir auxílio igualmente a Leste e a Oeste.

Porque o MFA era, por profissão, o representante do Estado português e não era aliado de nenhum regime anterior, não tem o problema de FRELIMO que consiste em ultrapassar filiações linguísticas, regionais e tribais. Este parece-me ser o sentido das palavras do Programa do MFA ao referir «os mais altos interesses da nação». Isto permite ao MFA esquecer (em teoria) o período fascista. A FRELIMO tentou fazer o mesmo nos acordos de Lusaka ao estabelecer a diferença entre os actos do governo fascista e do Estado português.

Estamos a chegar mais perto do ponto de comparação. O MFA chegou ao poder com um Programa mas sem uma ideologia desenvolvida; definiu objectivos mas não meios e métodos. A sua intenção era simplesmente restaurar a liberdade e permitir aos partidos políticos desenvolverem-se no sentido de uma democracia plena e consciente. Infelizmente os partidos falharam. Primeiro, quanto à descolonização depois quanto às medidas económicas, campos em que foi preciso a intervenção do MFA. O próprio MFA não tinha uma ideia clara das dificuldades de educação política da população e do tempo que seria necessário aos partidos para começar a portar-se de maneira responsável. Como resultado, o MFA enfrenta agora três crises, todas elas comuns a todos os movimentos de libertação.

Primeiro, uma crise de autoridade; uma vez destruída a velha autoridade e iniciada a democratização do processo de governo mas sem a protecção do partido único que a FRELIMO pode permitir-se, veem-se a braços com o problema de restaurar suficiente autoridade que lhes permita governar. No interior das Forças Armadas, por exemplo, isto levanta uma questão ideológica profunda que é a de optar pela constituição de um exército profissional ou de um exército popular.

A nível da autoridade na vida civil, o recomeço dos conflitos entre partidos levantou o problema partidário numa altura em que a opinião pública não está ainda pronta para isso. É difícil encontrar a linguagem e os símbolos que apelem politicamente para os não educados e para os ideologicamente experientes. Assim aconteceu também com a FRELIMO em Moçambique. Ao mesmo tempo, o banimento de partidos dos extremos (teoricamente embora não na prática opostos aos ideais democráticos) tem o seu paralelo em Moçambique onde Machel denunciou as tendências reaccionárias da direita e da extrema esquerda.

Há ainda a possibilidade de que as presentes eleições ou não sejam um indicativo real da popularidade do MFA ou revelem uma maioria potencialmente em desacordo com as medidas económicas necessárias. O Almirante Rosa Coutinho sugere a formação de um novo partido que represente um suporte de massa ao MFA o qual permitiria criar uma base de consenso que noutras democracias levou séculos a atingir.

Nenhum país pode isolar-se da economia mundial. Tal como os movimentos de libertação, o MFA está de acordo quanto aos objectivos a longo termo mas menos quanto aos meios e prioridades no caminho para o socialismo.

Eles têm de ter em consideração o valor do Escudo, a quantidade de reservas, a confiança internacional e, internamente, o nível de vida e a liquidez industrial. Em Moçambique, a FRELIMO teve de entrar em compromisso com o capitalismo sul-africano assim como com a economia mixta na Zâmbia. Quer Portugal se defina como país sub-desenvolvido ou não, tem de comprometer-se com a CEE, encontrar formas de entendimento com os árabes e terá ainda de criar uma zona de cooperação económica em África. O MFA tem de conseguir, internamente, um consenso contrabalançando o desemprego com congelamento de preços e, no entanto, ao mesmo tempo, promovendo o investimento industrial. Todos estes são sem

dúvida problemas tão difíceis que até uma democracia evoluída como a britânica parece não ter conseguido resolvê-los.

Resta agora definir a nova posição de Portugal no mundo. O MFA não precisa, como acontece aos movimentos de libertação, de decidir se vai ou não utilizar a língua portuguesa mas uma redefinição é tão difícil num caso como noutro. A imprensa estrangeira vê deficientemente muitos aspectos por se concentrar no «perigo comunistas», o qual, se é verdade que talvez exista, tem sido com certeza muito exagerado — e também no «perigo da ditadura militar». Já é tempo de dar importância, não a questões de personalidades, mas aos reais objectivos do MFA para os próximos 3 a 5 anos.

Isto deve interessar aos países estrangeiros porque Portugal continua a ser vitalmente importante para a Europa. O investimento colossal em África nos últimos anos de império colonial precisa de ser mantido, embora sob condições diferentes e Portugal tem aí um papel vital a desempenhar, como mediador entre a Europa e os países africanos independentes. Não oferecendo embora o leque de serviços que oferecem a França e a Grã-Bretanha, Portugal pode satisfazer as necessidades de Moçambique e Angola, especialmente em associação com o Brasil. Resta igualmente a ver se Portugal conseguirá sair do campo de relações limitadas em que se movia para estabelecer laços com países como Argélia e os outros países árabes, mesmo que daí não advinha uma chuva de petrodólares, advirão vantagens económicas úteis no caso de Portugal se afastar do Mercado Comum, concentrando-se numa indústria baseada no trabalho em vez de uma indústria baseada no capital. Finalmente, como membro da NATO, Portugal pode ter uma influência decisiva na segurança europeia. Do mesmo modo que a FRELIMO alterou a geografia política da África do Sul ao chegar ao poder, também Portugal, embora man-

tendo-se fiel aos seus compromissos com a NATO, pode participar numa renegociação dos princípios da NATO com resultados de igual alcance.

Lembro o que disse o Primeiro Ministro britânico Arthur Balfour ao serem-lhe cometidas várias tarefas impossíveis: «isto é assunto para um diplomata qualificado». O MFA não é composto de diplomatas, embora se possam ter tornado por necessidade. Precisam do apoio dos partidos, em clima de har-

monia, ao longo dos próximos anos e de grande compreensão do estrangeiro.

Esperemos que os verdadeiros amigos de Portugal se revelem verdadeiramente como tais e dêem conselhos e apoio quando necessário, não interferindo nem fazendo os seus próprios jogos políticos dentro de Portugal.

**(Traduzido a partir
de um depoimento falado)**

A 19 DE ABRIL DE 1975

ROSA COUTINHO E O SOCIALISMO NÃO ALINHADO

HOJE 19 DE ABRIL, quase a um ano de distância do derube do governo fascista, é possível realizar-se, em Portugal, o Congresso Nacional de Trabalhadores pró-conselhos revolucionários, sintoma mais que evidente da evolução de um regime que inicialmente parecia encaminhar-se dentro de coordenadas burguesas para depois admitir e potenciar um conjunto de experiências que o marcam, por enquanto de populismo, e certamente amanhã o enquadrarão no conjunto dos povos socialistas. O caminho a percorrer, porém, é longo e semado de escolhos que o podem fazer soçobrar pela viagem além. Na sua marcha em terreno semeado das mais variadas contradições, partidos, militares, economias, igrejas, partidos uns contra os outros com espírito de seita, militares dentro de militares, economias dentro de economias ou contra economias e igrejas dentro de igrejas e contra igrejas, e outros ingredientes mais, batem-se e debatem-se para a construção do poder dos trabalhadores ou para impedir que surja, nestas bandas do Atlântico o poder dos trabalhadores, de todos os trabalhadores e não apenas das suas cúpulas.



Três acentuações

Aparecem-nos, actualmente, na vida política portuguesa três acentos tónicos a puxarem a palavra para a sua entoação. Esses acentos têm algo de original, mas enraizam no mundo da política que de fora nos circunda, quer tentando abraçar-nos, quer servindo-nos pura e simplesmente de exemplo. Essas acentuações nós as podemos classificar como uma acentuação de tipo americana mesmo que a palavra que lhe subjaz ouça o nome de socialista; uma acentuação de tipo soviética, verticalista, mesmo que a palavra que lhe subjaz fale em povo, em grandes massas que, contudo, deverão obedecer às cúpulas no que alguns consideram o mais puro estilo social-fasista (onde as bases são cilindradas mais ou menos docemente, mais ou menos rudemente); uma outra acentuação de tipo nacionalista, terceiro-

-mundista, a saber, em alguns aspectos, à democracia popular chinesa, aos movimentos de libertação das colónias portuguesas, a tentar criar comités de base a favorecer experiências populares para depois serem enquadradas num esquema jurídico posterior. Esta última com uma quantidade infinda de «nuances» que acaba por desagradar lá bem no íntimo à maioria dos grandes partidos portugueses. Ao Partido Comunista Português que considera tais experiências esquerdismo aventureiro; aos partidos à direita do P.C.P. porque lhes estraga o jogo clássico que gostariam de ver jogado na cena política portuguesa, como partidos devidamente enquadrados em sistema do tipo parlamentar do ocidente, guardiões do status quo. Aliás a única democracia para que se inclinam e lhes agrada.

A atenção dos militares

Curiosamente quem está mais disposto a seguir com atenção estas experiências são precisamente os militares. O MFA, que a si mesmo se considera o motor da revolução e procura potenciá-la, o que inegavelmente está a suceder nesta primeira fase. Neste particular, porém, o MFA será alvo das setas dos partidos e de todas as forças que não vêm com bons olhos as experiências políticas a partir de baixo. E será alvo também por todos os grandes partidos, sem excepção, embora, como acontece no presente, uns mais outros menos o tentem empalmar de acordo com as suas visões partidárias, procurando enfraquecê-lo nos pontos que se apresentarem mais vulneráveis. É o reino das lutas partidárias que aflora aqui ou ali com mais evidência. Por isso mesmo o Movimento das Forças Armadas será o

grande alvo daqui para a frente. O seu poder, a sua força política desagradam a todos os partidos políticos, mesmo aos signatários da Plataforma.

Para circunscrever devidamente o Movimento das Forças Armadas, importa antes de mais definir exactamente as suas funções. Isto afigura-se-nos praticamente impossível na medida em que o MFA não é uma realidade estática, mas à medida que o tempo passa se vai enriquecendo de novas cambiantes. As cambiantes que vão matizando a chamada revolução portuguesa. Compare-se o MFA em Julho, Setembro e Dezembro de 74, e Janeiro ou Abril de 75 e vejam-se as diferenças.

Nestes últimos dias, um dos homens que surgiu com mais evidência nos palcos da política foi o almirante

Rosa Coutinho, com diversas entrevistas em jornais nacionais e estrangeiros e inclusive na televisão, onde foi metralhado de perguntas, no programa «Responder ao País».

O almirante Rosa Coutinho, já um dos principais homens da descolónia de Angola em sentido progressista, criticou os partidos pela campanha de pouco esclarecimento que têm estado a desenvolver, sobretudo preocupados com clientelas políticas. afirmou depois que a via portuguesa seria a do pluralismo político, e acentuou a linha de independência nacional, fugir aos blocos e referiu expressamente o imperialismo americano e o imperialismo soviético.

Atendendo ao lugar de relevo que o almirante Rosa Coutinho ocupa na vida pública e ao seu prestígio dentro do Conselho da Revolução (ainda agora aumentado com a delegação de poderes feita pelo Presidente Costa Gomes) e ao elemento preponderante que é do MFA, lógico se torna concluir que o MFA se inclina ultimamente para esta terceira via que procura desenvolver mais e mais. Sintomático se torna também que as suas palavras pouco ou nada hajam encontrado nos jornais partidários.

Evidentemente que Rosa Coutinho não agradou aos

partidos. Para alguns destes, como para o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, a atenção esteve polarizada nas medidas económicas do Governo Provisório. Por outro lado, se nos virarmos para a actuação do Copcon, por exemplo, no sector específico de certas ocupações de casas, e na protecção que concede a determinadas experiências, temos de dizer que ele, em larga medida, demonstra mais uma mentalidade revolucionária, mostrando que se encaixa perfeitamente dentro da legalidade revolucionária. E, por força da própria revolução, tem de, compelido pela urgência do concreto, fazer tábuas-rasa de códigos que foram elaborados no regime anterior pela classe dominante, logicamente para seu proveito. Não há dúvida que o Copcon manifesta tropismo forte para as classes trabalhadoras fora de qualquer esquema partidário. Aliás os partidos têm agido todos eles (designadamente os da coligação governamental) de forma muito burocratizada. Esta mentalidade, por conseguinte, pode caber no tipo de acentuação que enunciamos em terceiro lugar, fugindo às outras duas.

Serão estes fenómenos bastantes para classificar o tipo de revolução portuguesa no estádio actual? Temos dúvidas. No entanto, se eles não são suficientes são deveras sintomáticos.

Socialismo

Rosa Coutinho, na peugada do Conselho da Revolução, sublinhou com insistência que a nossa via era a socialista, sem contudo precisar de que socialismo se tratava. Para Rosa Coutinho esse socialismo há-de vir de baixo, a partir de um conjunto de experiências, protegidas e estimuladas pelo MFA. O povo, na sua expressão será a raiz que, por enquanto, deve encaixar no motor que é o MFA.

Entretanto, o MFA é formado por militares, muitos dos quais pelo seu passado e pela sua formação se enquadram nas camadas burguesas da população portuguesa. Assiste-se aqui e além à formação de Conselhos Revolucionários a nível de quartéis em que soldados e oficiais escolhidos pelos soldados procuram transformar o que consideram o «exército de classe», que ainda é, num «exército popular». «Exército popular», porém, implica uma reestruturação total, uma subversão nas estruturas, de tal maneira que da actual hierarquização se passe a um exército que não será mais o regular, mas um elo eminente do povo em armas. Isto representa o oposto da profissionalização «neutra» de quaisquer Forças Armadas.

Tudo isto são experiências toleradas ou talvez mesmo permitidas em alguns sectores, para ver até onde se pode chegar, ou melhor até onde pode levar a evolução do processo revolucionário em curso.

Advoga-se, também, por vezes, as armas para o povo, funcionando o povo neste contexto não de qualquer maneira, mas devidamente enquadrado, de tal maneira que as armas terão objectivos bem determinados: armas políticas para a construção do socialismo.

Ao lado de tudo isto, corre a vida partidária, com os seus esquemas traçados a partir de cima, com intensa propaganda, com aperfeiçoado marketing. Corre como se não ladeasse uma revolução com erupções intensas e imprevisíveis.

Corre-se à conquista de postos no aparelho de estado, corre-se à conquista de postos nos meios de comunicação social, vencendo o partido que actua com mais inteligência, concretizando-se na prática o célebre ditado do quem tem «unhas é que toca guitarra». Mas, o domínio do aparelho de estado já não é o mesmo que o jogo da democracia tipo ocidental, mas também ainda não é abertamente uma via burocrática de revolução.

Reacções externas

Por outro lado, em todo este clima genericamente traçado, jogam as nações estrangeiras, como ainda agora aconteceu com o Brasil. O Brasil a quem nos ligam laços de irmandade, de afectividade sentimental e não só, cujo povo está intimamente ligado ao português e que não veria com bons olhos um corte de relações diplomáticas com Portugal, sendo também a reciproca verdadeira. No entanto, no fim da semana a ratura esteve à vista, a propósito da nomeação de um delegado do governo português para o Banco do Brasil em Lisboa. A ordem era mesmo para não deixar entrar o delegado português na dependência e caso houvesse insistência o Banco seria encerrado e as relações diplomáticas seriam cortadas.

O Brasil ameaçou jogar forte, certamente no terminus de um processo de envenenamento de relações para o que muito tem contribuído alguma imprensa do país irmão.

Há quem pense que o Brasil estaria aqui a desempenhar o papel de ponta de lança do americanismo e servira de teste para avaliar a coragem do governo português. O caso passou para as vias diplomáticas e houve o bom senso de não agravar o que de si já estava grave. As relações diplomáticas parece que desta vez foram salvas e certamente a atitude do Presidente Geisel que ainda há bem pouco tempo, por intermédio do seu ministro da Justiça, proibiu os comandadores portugueses de fazerem política no Brasil, a qual seria com toda a certeza contra o actual governo português, deve ter pesado no

diálogo. Poderá ser agora aproveitado como dialogador para novas empresas.

Aliás, a posição do Presidente brasileiro não foi apenas motivada pelo desejo «tecnocrático» de manter em termos razoáveis as relações com Portugal. Ele deve ter tido também presente o papel crescente dos elementos de oposição brasileira agora residentes em Portugal, falando da reciprocidade esperada do governo português quanto a possíveis actos contrários ao actual governo de Brasília.

As pressões vêm não só da América do Sul, mas também da Europa, e vêm através dos mais diversos partidos e sobretudo via social-democracias, parentes próximas do PS português.

Claro que os EUA estão atentos e continuam a orientar uma estratégia dita do mundo ocidental relativamente ao governo português.

Apesar de considerado «pouco duros» por Kissinger, Frank Carlucci — dizem observadores bem informados — tem prosseguido as suas diligências pressionantes junto das autoridades portuguesas.

Por outro lado, está a ser encarado com muito interesse o balanço político da viagem do ministro Melo Antunes à República da Alemanha Federal, país este que tem revelado acompanhar com grande atenção e preocupação a evolução política portuguesa.

Em contraponto, foi assinado o acordo comercial Lso-Soviético que pode abrir perspectivas significativas à interrelação económica e política dos dois países.

Uma proposta e os partidos

É neste ambiente que se movimenta o nosso processo político. O nosso processo político de caminho socialista, mas cuja transição para o socialismo ainda não se vê bem qual seja nos seus traços definitivos.

Para já, no programa televisivo acima referido, Rosa Coutinho explicitou a sua posição quanto ao chamado «MFA-Civil», elemento importante dessa transição. Designadamente, afastou a sua proposta da ideia de partido único, e de um paralelo fechado com experiências da África do Norte. Perante a posição de Rosa Coutinho têm sido diversas as reacções dos vários partidos políticos. Alguns, como o Partido Socialista Português (através de alguns dos seus dirigentes) preferiram encará-la como uma sugestão de reforço da solidariedade de partidos existentes com o MFA, não abrindo porta à reconversão daqueles. Noutros casos, houve certa receptividade à proposta, como sucedeu com Francisco Pinto Balsemão, dirigente do PPD. Resta saber qual o grau de receptividade, e se o Partido avança (e como) a reacção por ele exteriorizada.

Partidos houve, como o Partido Comunista Português e o MDP/CDE que nada disseram sobre esta matéria. O silêncio é passível de várias interpretações. Uma delas, poderá ser a de que, para esses partidos, o motor do processo revolucionário em curso não é apenas o MFA. É também a movimentação de massas desencadada por alguns partidos políticos. O acentuar da «independentização» do MFA quanto aos partidos políticos colocaria problemas complexos quanto à actuação daqueles partidos num futuro próximo.

No todo, houve ainda outros sectores que deram a entender o seu apoio inequívoco à proposta de Rosa Coutinho. Pense-se no caso

de elementos ex-MES e socialistas não alinhados, que têm manifestado, de forma directa ou indirecta, o apoio a Rosa Coutinho (o próprio César de Oliveira, agora um dos braços direitos de Correia Jesuino no Ministério da Comunicação Social, é um exemplo sugestivo). De qualquer forma os dados estão lançados. Das três vias cima desenvolvidas, uma parece posta de quarentena, se não mesmo definitivamente ultrapassada: a via da influência americana. Restam em tese apenas as outras duas. Delas, a que parece corresponder crescentemente à orientação criativa e dialéctica do MFA é a do não alinhamento, do socialismo dito de Terceiro Mundo. Os próximos meses (se não forem semanas) permitirão uma clarificação mais nitida das opções em alternativa, bem como da viabilidade de cada uma delas...

As eleições

Nesta medida, as eleições (sua realização, como e com que resultados) poderão constituir um elemento interessante, porque sintomático do processo em desenvolvimento, mas este processo não fica reduzido à mera dimensão eleitoral. O mais importante a suceder na evolução política portuguesa verificar-se-á fora dos limites da perspectiva meramente eleitoral. Talvez por isso alguns elementos do MFA têm comparado estas eleições a «exercícios» de democracia ou a «bonecos com que brincam as crianças». Porque se vai tratar nos tempos próximos da própria existência dessas crianças, para o MFA (e não só) o assunto das bonecas não passará de um tema necessariamente secundário...

Expresso

75-04-19

I

ANTUNES, Carlos
CARMO, Isabel do

DO VALOR DO VOTO EM BRANCO À CONSTITUIÇÃO DE UM EXÉRCITO POPULAR

OS PARTIDOS que concorrem às eleições já disseram, das mais variadas formas e feitios, as suas intenções e finalidades. Disseram-no para o grande público através dos meios de comunicação social mais poderosos. Outras organizações há, porém, que, não inscritas na corrida às urnas, não beneficiaram de semelhantes possibilidades. Entre elas está o Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias.

Que pensa o PRP/BR do actual momento político e dos fios que tecem a presente situação, foi o que perguntámos, durante uma conversa informal, a dois membros do comité directivo, Isabel do Carmo e Carlos Antunes.

EXPRESSO — O PRP/BR não se inscreveu na corrida às eleições sendo, no entanto, uma organização com peso político na vida nacional. Como podemos interpretar semelhante atitude?

ISABEL DO CARMO — Pela análise que fazemos da situação concreta concluímos que num futuro próximo se apresentam duas hipóteses a Portugal: ou há um regresso ao fascismo porque o capitalismo não consegue aguentar-se de pé em situação de democracia burguesa estabilizada, porque ela efectivamente não tem condições para se estabilizar, ou o proletariado se organiza e vai para a frente no sentido da tomada do poder para a construção da revolução socialista. Resumindo: ou um regresso ao fascismo ou um salto em frente no sentido da revolução socialista.

Perante esta análise que é fundamentada e não baseada exclusivamente nos desejos dos dirigentes do PRP. Fundamentada na situação económica, social, na situação do actual poder político e da actual situação militar e da própria organização operária...

Atendendo às duas hipóteses possíveis, quer a legalização, quer as eleições estão fora dos nossos propósitos.

EXPRESSO — Quer dizer que, pelo facto de não lhes interessar a legalização como acabou de dizer, estão fora de lei?

ISABEL DO CARMO — Estamos perfeitamente legais. Depois do 25 de Abril cumprimos as formalidades. Inscrevemos seis nomes no tal papelinho, seis nomes de pessoas que já estavam queimadas (queimadas entre aspas) e se responsabilizaram pelo PRP/BR.

não às eleições
sim à revolução
socialista

o proletariado diante
a crise e a ditadura do proletariado

PR
BR

partido
revolucionário
brigadas revolucionárias

grande

RESERVA DE DIREITOS RESERVADOS

A transição para o socialismo

RESERVA DE DIREITOS RESERVADOS

EXPRESSO — Na óptica do FRP as condições em Portugal já amadureceram a situação de tal maneira que o salto qualitativo seja possível? Por outras palavras: que pensa o FRP das possibilidades concretas de transição para o socialismo?

CARLOS ANTUNES — Há uma grande discussão mesmo com militantes de outros partidos, com a classe operária, com o proletariado e com diversas organizações. Nós dizemos que depois do 25 de Abril e, em consequência dos trabalhadores, se desenvolve um processo que permite colocar a alternativa da revolução socialista. Isto porque, por um lado, as formas de que o fascismo se servia, concretamente o seu aparelho político e respectiva polícia, a pida, foram desmantelados; por outro lado, o órgão fundamental de qualquer sistema capitalista que é o exército está minado por profundas contradições. Sendo assim, é possível um avanço qualitativo do proletariado para a revolução, sem esquecer, contudo, que há debilidades de organização. O proletariado não está todo ao mesmo nível. Tem mais força e coloca mais objectivamente o problema do poder o proletariado das zonas progressivas e da indústria mais avançada. Há os pequenos camponeses do Norte que estão profundamente atrasados não só na sua organização como nos seus objectivos. Depois há um outro factor que é extremamente importante e se chama imperialismo, que efectivamente é uma ameaça que se pode concretizar e já veremos que se concretizou ao longo deste período todo através da burguesia nacional e dos seus agentes, fazendo de papelão ou fazendo mesmo de agressor no sentido de impedir os trabalhadores de construir essa alternativa.

Do que não há dúvida alguma é que a contradição existe e é preciso que os revolucionários se preparem para assumir essa possibilidade. Nós estamos convencidos que, depois da última crise do 11 de Março, efectivamente se avançou e que hoje se põe o problema de construir uma alternativa ao nível da base dos trabalhadores com conselhos revolucionários eleitos pelos trabalhadores e com os conselhos revolucionários de soldados eleitos por todos os soldados dos quartéis.

Se efectivamente se conseguir desbloquear a situação, se se conseguir ganhar muitos militantes, que hoje estão ligados ao reformismo, para essa perspectiva, estamos convencidos que haverá força suficiente para impor a alternativa da revolução socialista.

O problema das Forças Armadas

EXPRESSO — Parece-nos sobretudo importante determinar um pouco o problema das Forças Armadas já que num processo autenticamente revolucionário elas não são mais que o povo em armas. Nesse processo os soldados não serão apenas os filhos do povo para defesa do país. Não haverá distinção entre pai e filho e as forças armadas serão o próprio povo lutando para a imposição dos seus objectivos e defesa de si mesmo. Muito concretamente parece-vos que, actualmente, (agora e agora) as Forças Armadas portuguesas são revolucionárias?

ISABEL DO CARMO — Nós pensamos que as Forças Armadas portuguesas não podem, neste momento, ser julgadas em bloco como um todo. Nós dizemos que em relação às Forças Armadas como ao próprio M. F. A., que elas têm de tudo. Têm homens de direita, homens mesmo de extrema direita e homens revolucionários. Homens tão revolucionários que são capazes de realmente ir com a classe operária até ao fim e dar a vida por ela. Pensamos, porém, que a estrutura actual do Exército é burguesa, criada pela burguesia para a defender. A estrutura militar foi criada, como é lógico, para defender a classe dominante. Por conseguinte a estrutura actual das Forças Armadas não pode ser uma estrutura revolucionária, embora, neste momento, existam sinais importantes dentro dos quartéis que nos indicam que tudo está a ser «subvertido», no sentido em que nas decisões participam delegados dos vários escalões hierárquicos. No sentido de que há formas novas de convívio entre oficiais e soldados que no passado eram insuportáveis. Deixou, por exemplo, de haver messes e começou a haver cantinas comuns, etc. São sinais, mas não chega.

Há que formar um novo exército revolucionário, que, quanto a nós,

passa pela dissolução do actual. O exército a formar deverá ser composto pelos trabalhadores das empresas, armados, e organizados disciplinadamente em conexão com os soldados dos quartéis e com os oficiais revolucionários. O exército a formar deverá, por conseguinte, conjugar estas três forças: trabalhadores armados nas empresas, soldados (porque são trabalhadores) e oficiais revolucionários, pondo de lado tudo quanto sejam oficiais de direita ou que não se definiram até à data.

EXPRESSO — Que fermentos de tal caminho notam no actual processo político português?

CARLOS ANTUNES — É evidente que no exército actual há os dois fermentos: há o fermento do regresso ao passado e o fermento do futuro. Pensamos que no Exército actual, há, de facto, ao nível da massa dos soldados (a gente viu quem resistiu no 11 de Março: — foram os soldados a grande força que se opôs uma possibilidade que, na realidade se sente, de caminhar nesse sentido. O problema, porém, é este: é que na nossa perspectiva de um exército revolucionário, com a ameaça imperialista sobre nós, dizemos que ou se forma um exército que englobe todos os explorados deste país, capaz de resistir seja em que condições for a uma ameaça ou a uma intervenção, ou então não há possibilidade de levar o processo revolucionário até ao fim. Quer dizer: por mais sintomas favoráveis que nós encontremos dentro do exército, o problema continua a ser não o de depurar este exército, mas de criar outro, com os soldados de agora e com todos os explorados do país em armas para enfrentarem a possibilidade (que de forma nenhuma é um perigo abstracto) de intervenções de vários géneros neste país, inclusivamente a tentativa de uma intervenção directa. O que está a acontecer em Portugal não nos diz respeito apenas a nós, diz respeito também ao Terceiro Mundo e à Europa Capitalista e à uma perspectiva para a crise da Europa Capitalista, concretamente em Espanha, em Itália, em França, etc. Aquilo que acontecer em Portugal pode ser vital para a alteração de uma correlação de forças actualmente existente. O imperialismo pensa como tal e poderá fazer daqui um mau exemplo.

Os conselhos revolucionários

EXPRESSO — Começa a falar-se dos conselhos revolucionários, que vão fazer já o seu congresso nacional. Que há de concreto sobre o assunto?

ISABEL DO CARMO — Os Conselhos Revolucionários estão na ordem do dia na medida em que se estão a formar e em que há uma necessidade imperiosa da sua criação. Não há, no entanto, ainda, uma larga massa de conselhos revolucionários formados de modo a que possamos dizer que os conselhos revolucionários são já isto ou aquilo. Há um certo número a funcionar. Em alguns há militantes-nosos mas em outros não há mesmo nenhum militante do PRP. Até temos ideia que há militantes de outras organizações políticas. É um processo em relação ao qual nos sentimos perfeitamente à vontade no capítulo de influência partidária.

Nelas cabem, no entanto, militantes-de todos os partidos ou mesmo pessoas sem partido. Pensamos que a organização dos conselhos revolucionários é a que corresponde ao momento actual.

Actualmente um dos factores de impasse do avanço revolucionário é o partidário, o sectarismo partidário que, neste momento, com as eleições, está a atingir foros de fanatismo religioso. Isto será ultrapassado por uma

organização não partidária mas que seja de base e unitária. Dos trabalhadores. Eleita nos seus locais de trabalho. Que ultrapasse os partidos.

EXPRESSO — Permittam-me uma interrupção. O raió de acção imediata dos tais conselhos será, em termos imediatos, a fábrica, a empresa, o quartel, numa palavra, os locais de trabalho?

ISABEL DO CARMO — Nós entendemos que a empresa ou o quartel é no presente e serão no futuro os locais onde a luta revolucionária tem de se processar. É ali que, efectivamente, neste momento, se trava a luta de classes e no futuro se se instaurar um socialismo revolucionário será lá que se estabelece o poder dos trabalhadores e será lá que ele se defende.

EXPRESSO — No entanto os conselhos revolucionários têm reunião regularmente?

CARLOS ANTUNES — A ideia surgiu na Marinha Grande, proposta por militantes de partidos tão diferentes como o PRP-RR e o PCP e aceite pelos operários da Marinha Grande, por ser um projecto de base e, portanto, sem projecto de controlo partidário.

EXPRESSO — Que dizer da hipótese reformista?

CARLOS ANTUNES — O problema da actual situação política é que nós estamos a assistir, por um lado, à crise do capitalismo, por outro, à tentativa reformista de se lhe substituir o que, no nosso entender neste último caso, só pode dar uma forma de capitalismo de estado. Toda a perspectiva de revolução socialista é justamente o poder a partir das bases: o poder económico, o poder político e o poder militar. Tudo o que seja o contrário será cair em formas de capitalismo mais ou menos reformado ou uma tentativa de encontrar na Europa a via peruana. Simplemente é ilusório esse caminho dada a situação específica de Portugal no contexto do imperialismo, portanto do capitalismo, e dado o desenvolvimento das forças produtivas neste país. O confronto entre essas posições reformistas e os trabalhadores e o imperialismo acabaria por dar-se. E que não há alternativa reformista que não implique simultaneamente a degradação da situação económica, dado o domínio imperialista sobre a economia. Ou com ele se rompe totalmente ou não há uma situação intermédia.

ISABEL DO CARMO — Ou se encontram formas de todos os trabalhadores participarem na construção económica e na defesa militar ou a construção do socialismo

revolucionário em Portugal entra imediatamente em crise pelo ataque que, de certeza, o imperialismo lhe vai mover. Por isso dizemos que a hipótese reformista é coisa, porque apenas apresenta soluções a 30 ou a 20 por cento. E ao mesmo tempo é paternalista pois não são os trabalhadores que ficam à cabeça mas sim as cúpulas e sobretudo cúpulas partidárias, sistema em que os trabalhadores não se sentem a defender qualquer coisa que seja muito seu. Assim a hipótese reformista será derrotada a curto prazo. Grave seria, porém, que arrastasse consigo a derrota dos trabalhadores.

CARLOS ANTUNES — Este é o reformismo revisionista pois há um outro que é *visus courto* capitalista, ou neo-capitalista como os tecnocratas lhe costumam chamar. É a social democracia europeia que é ponta de lance do imperialismo americano.

ISABEL DO CARMO — Importa acentuar bem que o reformismo social-democrata é capitalismo. Ora, só, neste momento, estamos a chamar reformismo ao revisionismo, colocando-nos em relação aos revisionistas como os comunistas em 1917 se colocavam em relação à social-democracia, com a qual fizeram cido e que continha em si o germe que a conduziu até ao capitalismo.

O golpe desmentido

EXPRESSO — O PRP-BR anulando o processo em curso alertando recentemente para uma tática de golpe que deveria ter-se verificado no dia 12 do corrente. É o que se deduz de uma notícia publicada no «Diário de Lisboa» do dia 15, notícia segundo a qual, citando palavras dos dirigentes do

PRP-BR pronunciadas dois dias antes, em reunião pública, «re-se» registado pela tarde de sábado passado uma tentativa de reforço armada das posições reformistas no aparelho de Estado, à rebeldia dos trabalhadores e, no fundo dirigida contra eles. Em consequência de uma intervenção dimissória das autoridades militares, entretanto informadas do que se estaria a passar, continua o «Diário de Lisboa», «a manobra subterrânea teria fracassado antes mesmo de se desenharem publicamente, de acordo com a descrição apresentada pelo PRP-BR.» Esta notícia é dada pelo «reptório» juntamente com o desmentido da mesma, feito pelo Conselho da 5.ª Divisão de E.M.G.F.A. e por um porta-voz da Presidência do Conselho que lhe aplicam a nota de «delirante», «inteiramente falsa e destituída de fundamento». Entretanto, o mesmo jornal diz ainda que «sem interessar da direcção da Intersindical informou-nos que fora reforçada, nos últimos dias da pas-

sada semana, o dispositivo normal e permanente de vigilância, em virtude de acumulação de boatos sobre a iminência de nova intenção reaccionária. A Intersindical negou, porém, que tivesse havido qualquer alerta geral ou mobilização de Partido, contestando assim a hipótese apresentada pelo PRP-BR no comício efectuado na noite de Domingos. Gostaríamos que se pronunciasses sobre o que acabámos de transcrever.

CARLOS ANTUNES — Se estiver de acordo, gostaria de regressar na minha análise, ao 11 de Março. Desde o início que nos pareceu que o imperialismo através da burguesia portuguesa e dos seus agentes civis e militares, pensou simultaneamente duas táticas, que são componentes da mesma estratégia: uma é o golpe de força antes e depois das eleições, outra são as próprias eleições. Quer dizer: num país que mantém no fundamental estruturas políticas e económicas capitalistas, em que um processo revolucionário de base não aparece como alternativa clara, está em condições por um lado de receber um ataque de natureza violenta e, por outro, em condições de impossibilitar uma vitória eleitoral de forças de esquerda. Ora bem, nós assaltamos a toda uma jogada do imperialismo no sentido de impor a via eleitoral. Para nós o 11 de Março

significa comprometer o poder actual com o processo eleitoral. Muito mais que constituir imediatamente uma alternativa violenta. É a ameaça dum acto violento da sua realização para os obrigar a entrar no caminho das eleições e a garantir o processo eleitoral. Antes disto nós podemos assistir às manobras da NATO, a todo um conjunto de pressões de natureza diplomática e política que se enquadram no mesmo sentido: obrigar as forças revolucionárias e as forças mesmo revisionistas-reformistas, a vir ao terreno das eleições e aceitá-las. Ora bem, aceitá-las porquê? Porque o imperialismo pensa que pode ganhar as eleições, dadas as condições em que o processo irá decorrer. Podem lançar uma campanha de confusão como lançaram. Tem grandes meios ao seu dispor e, portanto, permitia-lhes que após o período eleitoral, uma intervenção mesmo militar, tivesse uma certa «legitimação» política e uma base de explicação directa e capaz de derrotar. Dizem então se ganhámos as eleições vamos defender a democracia, porque há uns senhores que a não respeitam. Ora bem, aqui joga a tática do reformismo-revisionista, segundo a qual se foi obrigado a acionar as eleições e descrebre, quanto a nós, que entrou num beco sem saída. Daí, pretender com habilidades encon-

trar uma solução de cúpula que de natureza política quer de natureza militar. Mas aqui é perigoso porque desorienta mais uma vez os trabalhadores. Tendo aceiteado a tática que aceiteou, desorienta os trabalhadores e desarma-os face ao inimigo e ele próprio pode aparecer aos olhos das massas como um inimigo, pois usa métodos e formas de acção que se confundem com as do próprio inimigo.

E neste contexto que efectivamente nós verificamos toda uma série de alarmes sobre possibilidades de intervenção da reacção que não se confirmam e que impedem que as massas populares estejam efectivamente atentas (deviam-lhes a atenção e, depois, perante um perigo real as massas já não acreditam). Esses boatos agravam-se no decorrer do fim da semana passada. O reformismo tenta, depois, por golpes mais ou menos habilidosos, político-militares, ganhar posições dentro do aparelho de Estado. Nós denunciámos isso, malgrado aparecer agora concretamente a 5.ª Divisão a dizer que se trata de delírios. Para nós continua de pé. Se são delírios, estamos dispostos a provar quem é delirante, na base da formação de uma comissão de inquérito que analise os factos que se passaram no decurso da semana passada.

O dia 12 de Março

EXPRESSO — Concretamente no dia 12?

CARLOS ANTUNES — Concretamente no dia 12 nós assistimos ao espectáculo de algumas organizações reformistas, a Intersindical e não só, mesmo o MES e outras que estavam de prevenção há dois dias sem informarem o COPCON de nada do que se estava a passar. Perguntamos: é ou não o COPCON o Comando Operacional do Continente? Têm dúvidas sobre a natureza do COPCON? Ele não tem dado lugar a dúvidas no decurso das várias crises e das várias tentativas do imperialismo. Porque se esconde do COPCON estão essa prevenção? Porque se pretendem criar aparelhos de informação e de alerta no desconhecimento do COPCON? A estas perguntas nós exigimos uma resposta através de uma comissão de inquérito. Porquê? Porque estamos convencidos de que pelo beco em que se mostram estes senhores são capazes de fazer correr à ventura os trabalhadores portugueses e em definitivo é a sua própria derrota.

ISABEL DO CARMO — É bom que se frise a nossa posição em relação ao COPCON porque nós não confiamos cegamente em ocas nenhuma. Pelo contrário, quando o COPCON foi constituído desconhecíamos completamente a sua natureza, os fins para que foi criado. Ainda hoje pensamos que os fins para que foi criado eram muito diferentes daqueles para que tem estado a actuar, felizmente. Mas há uma coisa que para nós é muito concreta a partir dum determinado momento. Sempre que os trabalhadores estiveram em confronto e não só com a burguesia como com outras forças anti-operárias o COPCON esteve ao lado dos trabalhadores e muito concretamente a partir de 7 de Fevereiro. Na manifestação do 7 de Fevereiro,

o COPCON esteve na rua ao lado dos trabalhadores contrariando a determinação do governador-civil de Lisboa (MDP/CDE e a Intersindical. Quanto às ocupações das casas, o COPCON tem seguido uma conduta completamente revolucionária. As provas que o COPCON tem dado presentemente, é de que está ao lado dos trabalhadores. No dia em que não estivesse, seríamos naturalmente os primeiros a dizer que ele não estava e a denunciá-lo como denunciámos tudo o que foi necessário denunciar até aqui. O que não compreendemos é que pensam que se lutar pela classe operária tenham esta atitude de desconfiança em relação ao COPCON.

EXPRESSO — Voltando às eleições. Por que são concorrentes?

ISABEL DO CARMO — De acordo com a opção que pomos entre fascismo e Socialismo pensamos que a ida às eleições e o trabalho dentro de uma perspectiva eleitoral nada adianta à organização do proletariado português, no sentido revolucionário, no sentido da tomada do poder. Negamos à priori que as eleições sirvam para os trabalhadores tomarem o poder. Nunca, em parte nenhuma do mundo, o socialismo foi implantado através de eleições e acreditamos que através delas, a burguesia nunca deixará perder os seus privilégios. Aproveitar as eleições para fazer a nossa propaganda, não nos pareceu útil, uma vez que o eleitoralismo é um desgaste de energias energias, para nós muito necessárias neste momento de urgência de harmonização revolucionária para a tomada do poder. Os partidos que se envolvem nas eleições estão a perder o melhor das suas energias e dos seus militantes numa luta sectária, fanática, numa luta de partidos contra partidos que apenas serve para dividir a classe operária sendo quase o

A participação das mulheres na vida política

DE ENTRE os pontos relativos à condição da mulher na sociedade portuguesa, tema que este ano tem merecido especial destaque na imprensa em virtude de se celebrar internacionalmente o Ano Internacional da Mulher — destacamos hoje o da Participação da Mulher na Vida Política. Os elementos que apresentamos foram-nos cedidos pela Comissão da Condição Feminina. Dos dados — necessariamente dispersos e que não puderam ainda ser objecto de análise crítica — podem tirar-se algumas conclusões imediatas.

1. A participação das mulheres nos partidos e cargos políticos não esgota a sua participação a nível político. Esta participação pode revestir-se de muitas formas, mas a despolíticação da mulher portuguesa impede-a de conhecer e procurar os caminhos possíveis. No momento actual, a capacidade revolucionária da mulher ainda está por aproveitar.

2. Porque participam ou não participam as mulheres na vida política?

A leitura de cerca de 80 depoimentos de mulheres de várias camadas sociais e de idades de 15 a 70 anos salienta os seguintes aspectos:

Algumas razões da não-participação política das mulheres:

- Há muitas mulheres a quem ainda não se pôs o problema da participação política.
- As mulheres têm falta de confiança em si próprias, que resulta da ausência de uma educação orientada para a participação.
- A despolíticação das mulheres é um facto como também a sua ignorância dos problemas nacionais. Muitas nem têm os jornais, por indiferença, por analfabetismo ou por falta de tempo.
- O homem, chefe de família, não favorece nem aprova que a mulher se dedique a assuntos que, até agora, têm sido

quase do exclusivo masculino. Também aqui se insere o problema dos preconceitos sociais que ligam a mulher, staticamente, ao seu papel tradicional.

- Há mulheres que se demitem da sua obrigação de participar por mércia, por comodismo.
- A falta de tempo, resultante da «dupla tarefa» — trabalho profissional mais trabalho doméstico, este último recaído só sobre a mulher —, impede vários grupos socio-profissionais de participar na vida política.

Algumas razões da participação política das mulheres:

- Muitas mulheres tomaram uma posição política, estão empenhadas em actividades políticas (partidos, autarquias, etc.), por razões ideológicas. Sentem-se em igualdade de circunstâncias com os homens e a sua opção é livre.
- Outras participam por considerarem que o momento actual é «de acção», sentindo que devem dar o seu contributo.
- Há mulheres que sentem urgência em construir uma nova sociedade, democrática.
- Também se encontram mulheres que participam deliberadamente na vida política para marcar uma posição como mulheres, invocando a «defesa dos direitos da mulher».

● **Idade** — 54 anos
Estado civil — casada
Ocupação — doméstica, trabalhadora rural
Ocupação do marido — trabalhador rural
Filhos — 10 (de 30 a 14 anos)
Instrução — analfabeta
Residência — Baixo Alentejo

Sem participação

«Então quer-me fazer uma entrevista? Sei, sei o que é, a modos como uma conversa. Às vezes porho o «aparelho» (a telefonia) e ouço as gentes a falar. Também já ouvi isso das mulheres que querem ser iguais...»

«Pois bem... eu cá acho que os homens não devem ser escravos das mulheres nem as mulheres escravas dos homens.»

«Eu cá fui criada «atrás das estêvas», sempre muito pobre. Aos 9 anos o meu pai já me pôs uma estada nas mãos e até agora a minha vida foi sempre trabalhar, trabalhar. Não sou das mais espertas, mas também não sou das mais caras que não conhecem as coisas e por isso sei dizer que, cá no meu ver, tanto direito tem o pai de governar os filhos como tem a mãe. O pai ganha para os sustentar mas a mãe passa os trabalhos deles nascerem e de os criar. Portanto os dois têm voz.»

«Se acho que as mulheres devem ser do governo da nossa terra? Então porque não há-de ser do governo? Calha bem! Eu fui criada no campo; eu ceifava e os homens ceifavam. Se eu ceifava, eles cavavam; plantávamos juntos as

sementeiros, então porque não há-de as mulheres trabalhar no governo junto com os homens? E votar também, todos nós temos esse direito!»

«Na Câmara devia haver mulheres — pois se há tanta doutora, que sabe coisas, porque não há-de trabalhar com os homens, doutores?»

«Não sei se o mundo andrà melhor com a governação das mulheres mas, se há mulheres que estudam e sabem as leis como os homens, podiam muito bem governar. Já vi mulheres que governam, na Televisão, e gostei muito de as ver!»

«Mas, eu cá vou pensando, e penso que as mulheres devem trabalhar com os homens, de acordo uns com os outros, como cá em casa. Eu e o meu homem, os dois juntos, resolvemos as coisas melhor. Uma vez como me parece e outras como ele quer. Assim, sem bulhas, a entendermos.»

«Sou pobre, mas acho que todos têm os seus direitos, não quero o dos outros mas quero que os que trabalham tenham comida bastante para ter forças para trabalhar e uma casa para dormir, não é só uns a não fazer nenhum e os outros a morrer de tanto trabalho.»

E disse o marido:
 «Cá por mim acho que as mulheres devem votar, no que elas quiserem e não que alguém as obrigue. Devem estar pois na governação porque eu penso que as mulheres às vezes são melhores para outras coisas do que os homens, têm «mais ideia!»»

● **Idade** — 25 anos
Estado — solteira
Ocupação — funcionária pública
Instrução — curso universitário
Residência — Lisboa

Participação

Independente, nos termos de participação aqui apontados.

«Se se parte do princípio, imagem ou não (variar a intensidade de expressão, conforme...) de que as mulheres são diferentes dos homens, porque mais intuitivas, mais concretas, com mais sentido do real, mais (será assim?) conciliadoras, etc., etc. todas estas questões têm uma razão de existir. Mas, se se parte do princípio de que as mulheres têm as mesmas

possibilidades que os homens, para a realização de tarefas, ditas específicas deles, homens (então não terá sentido pensar que a participação feminina «nessas» tarefas traz «alguma coisa de novo ou diferente» e que a vida cívica e política seria diferente.

Parece então melhor caminho, partir do princípio de que homens e mulheres, em igualdade de grau de preparação, podem resolver ou realizar com igual competência.

Insistir na ideia de que a «mulher trará alguma coisa de novo e diferente», não será insistir na sempre novidade feminina, no «charmezinho», «nada como um sorriso» (mas lá que funciona, funciona!!!)

Homens e mulheres têm a mesma capacidade de imaginação e realização concreta e para estabelecer a distinção profunda entre o homem e a mulher, talvez seja suficiente tirar o significado do substantivo homem e do substantivo mulher. Há uma diferença fundamental inerente ao homem e mulher; a partir daí, em termos de realização, haverá diferenças, ou igualdades, dependentes da capacidade de cada indivíduo, como tal.

Quanto à lei que impede a mulher de participar na vida cívica da freguesia — na eleição do presidente da junta de freguesia — se não for chefe de família, é de eliminar rapidamente, sem mais discussão.

● **Idade** — 22 anos
Estado civil — casada
Ocupação — preparadora
Ocupação do marido — mecânico de automóveis
Número de filhos — um, com 13 meses
Instrução — 4.º ano industrial
Residência — Santa Iria de Azeitão

Sem participação

casos. Tenho um filho de 13 meses e não tenho ninguém a quem o deixar fora das horas do emprego. Há ainda a falta de tempo, pois o emprego e a casa ocupam-me o tempo todo.

Acho que a mulher tem capacidade para desempenhar qualquer lugar, tanto faz cívico, como político ou sindical.

Acho que a participação feminina em alguns casos seria

diferente, como por exemplo: direcção, aborto.

Não concordo com a disposição segundo a qual só os chefes de família podem eleger o presidente das Juntas de Freguesia, pois o que é que têm as capacidades de uma mulher a ver com a família e já vai sendo tempo de reformar essas disposições na lei, em que só conseguem manter a mulher à margem das actividades.»

● Idade — 18 anos
Estado civil — solteira
Ocupação da mulher — estudante
— trabalhadora
Grau de instrução — frequenta o
2.º ano da Faculdade de
Direito.

Participação em partido político

Penso que essa disposição — de só ao chefe de família ser permitido ceder o presidente da junta de freguesia) está apenas enquadrado numa realidade mais geral que é a desigualdade flagrante, não só real como também formal, do homem e da mulher na sociedade portuguesa. Nessa medida compreende-se essa disposição.

É preciso ver que na sociedade portuguesa é o pai, o marido — o chefe da família que tem todo o poder em relação à família, quem a representa, quem decide em todos os momentos. A mulher está sempre relegada para segundo plano. Ora acontece que, quando ela é chefe de família — o que só se dá na inexistência ou impossibilidade do homem — não há outro remédio senão permitir-

● Idade — 22 anos
Estado civil — solteira
Ocupação — operária metalúrgica
Instrução — escola primária incompleta
Residência — Almada

Participação em Sindicato

•Acho isso errado. A mulher deve participar nas mesmas actividades que os homens, e o facto

● Idade — 32 anos
Estado civil — casada
Ocupação — operária embaladora numa fábrica de moagens perto de Alverca
Número de filhos — 2, com 10 anos, e 9 meses
Instrução — instrução primária
Residência — Alhandra

Participação em partido político

•Pensa que pode ter as mesmas actividades que o marido. Tra-

lhe a participação na vida cívica da freguesia, ou a sua família não seria representada.

Além disso há ainda toda uma mentalidade retrógrada que acha mal a mulher participar na vida pública, o que é muito mais difícil de destruir do que uma disposição legal que no fim de contas só reflecte a mentalidade dominante em Portugal; e da total superioridade do homem.

Participo num partido político porque acredito na ideologia que ele defende e sei que sem o trabalho dos seus filiados o Partido não é nada. Além disso, porque gosto imenso do tipo de actividade que desenvolve, porque acho a política uma coisa muito interessante, mesmo apaixonante. Gostava de vir a participar na vida política do País, além do mais.

Só posso ser militante, geralmente, à noite, porque de manhã tenho aulas e à tarde trabalho. Mas passo de boa vontade as noites no Partido. Como não tenho deveres familiares, esse problema não se me põe.

Não tenho encontrado obstáculos de qualquer ordem, excepto às vezes, de tempo: o dia não dá para tudol Felizmente a minha

de ser chefe de família não deve de ser o que a responsabiliza.

Participo no Sindicato porque tenho que defender os meus interesses de trabalhadora e dos meus colegas.

Os problemas familiares surgem, mas eu não deixo que isso me impeça de lutar no Sindicato. Por vezes isso tem provocado grandes

balha num partido político porque quer lutar contra a exploração e contra a situação de opressão dos trabalhadores.

Faz os possíveis para conciliar as actividades, pedindo auxílio à mãe ou casada para a ajudarem. Tem falta de tempo sobretudo devido a trabalhar muito na fábrica.

Acha que a mulher deve lutar pela sua emancipação, mas ombre a ombro com o homem, visto que o combate é comum: pelo socialismo.

família é bastante diferente do habitual quanto à igualdade homem-mulher e os meus pais nunca me puseram qualquer obstáculo à minha participação no Partido, como conheço certos casos.

Não, acho que não. Como penso que o homem e a mulher têm capacidade mental igual, não vejo porque razão haveria esta de ter uma participação «específica» e original na vida cívica e política.

Tenho pouca experiência, mas da que tenho, tendo sido de facto respeitada porque me tenho sabido impor quando é necessário, até porque não está no meu feitio deixar-me manipular; é evidente que o serri às vezes por pessoas mais inteligentes que eu, sem dar por isso; mas nunca por ser mulher. Aliás, volto a dizer que a minha pouca experiência não me pode dar muito assunto, mas às vezes apercebo-me de que mulheres muitas vezes mais velhas são de facto manipuladas e procuram reagir sempre. Há infelizmente muito o hábito — sobretudo na vida privada — de dar à mulher a ilusão de que participa, mesmo na decisão — e de facto, quem manda é o(s) homem(s).

«tempestades» na família, talvez por eu ser rapariga, mas o Sindicato está acima disso.

Eu na fábrica luto sempre ao lado de todos os colegas, sem discriminação, sabendo no entanto que devemos lutar também, aí no local de trabalho, pela igualdade entre nós e os nossos companheiros.

● Idade — 33 anos
Estado civil — casada
Número de filhos — 6 filhos de 4, 6, 7, 10, 12 e 13 anos
Ocupação — doméstica
Ocupação do marido — comerciante
Instrução — curso dos liceus completo

Participação em partido político

Durante muitos anos não fiz mais do que ter filhos e tratar deles. Tentei integrar-me várias

vezes em diferentes coisas e nunca consegui, sempre por causa do marido e filhos.

Trabalhei num partido político, onde tentei fazer alguma coisa pelas mulheres, de modo a levá-las a uma maior participação. Todo o trabalho que se tentou fazer foi boicotado. As pessoas à frente desse partido recusaram sempre discutir conosco, mulheres, o problema por eles considerado secundário, embora apeliassem para nós quando precisavam de mulheres para aparecer em público. Chegaram a fazer de nós objectos decorativos em reuniões. Só queriam que fizessemos trabalho de secretárias, recepcionistas ou de ajudantes. Acusaram-nos de separatistas. Por fim abandonámos, pois a luta das mulheres para se libertarem da opressão-exploração de que são vítimas tem que ser feita autonomamente, ou não se faz, visto para os controladores dos movimentos políticos nós sermos sempre um problema secundário, que se resolverá depois, quando a revolução triunfar: revolução essa, que segundo parece, se passará bem da nossa ajuda.

Em todas as actividades em que tentei participar, de outro tipo, apareceram sempre pessoas que se julgam mais competentes para tudo, ou porque têm um curso, ou porque nasceram homens, que se põem a tomar decisões e a fazer atneiras e mandam as mulheres fazer os trabalhos chatos, como limpezas, cozinhas, telefonemas, tomar notas, mas sem nunca lhes dar oportunidade sequer de falar. Por isso desisti. Estou à espera da revolução e quero participar nela, mas autonomamente, numa organização de mulheres.

Participação das mulheres nas autarquias locais

Um inquérito lançado pela Comissão da Condição Feminina aos 274 concelhos do Continente (em Março de 1975) permitiu recolher seguintes dados quanto à participação feminina nos órgãos da administração local:

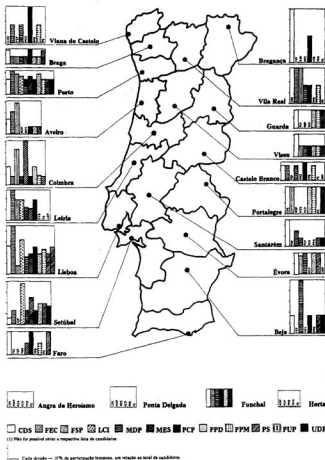
- nas Comissões Administrativas de 215 Câmaras Municipais (com cerca de 5 a 7 membros cada).
Num total de 1075 a 1505 membros, 43 são mulheres (2 das quais são presidentes e 1 vice-presidente).
- nas Comissões Administrativas das Juntas de Freguesia daqueles 215 concelhos contam-se 32 mulheres (8 das quais são presidentes).

Número de mulheres candidatas a deputadas à Assembleia Constituinte, por partidos, no total dos distritos

PARTIDOS	CANDIDATOS	Total de candidatas (incluindo mulheres) a deputadas à Assembleia Constituinte	Total de mulheres candidatas a deputadas à Assembleia Constituinte	Participação Feminina (%)
TOTAL (METRÓPOLE)		2320 (1)	353 (1)	15%
C.D.S.	(em 21 distritos)	244	43	18%
F.E.C.	(em 12 distritos)	193	47	24%
F.S.P.	(em 18 distritos)	236	27	11%
L.C.I.	(em 4 distritos)	118	31	26%
MDP/CDE	(em 22 distritos)	243	29	12%
M.E.S.	(em 16 distritos)	212	29	14%
P.C.P.	(em 22 distritos)	245	36	15%
P.P.D.	(em 22 distritos)	237	29	12%
P.P.M.	(em 14 distritos)	183	26	14%
P.S.	(em 22 distritos)	246	28	11%
P.U.P.	(em — distritos)	—	—	—
U.D.P.	(em 10 distritos)	163	26	16%

(1) Não inclui os candidatos pelo P.U.P.

Participação feminina nas candidaturas à Assembleia Constituinte, por partido e distrito (%)



As mulheres nas próximas eleições

NUMA primeira análise, verifica-se que:

- A população feminina é superior à população masculina.
- A população com direito a voto pesa também, presumivelmente, a favor das mulheres.

• As mulheres constituem 1/4 do total de população economicamente activa (1).

As mulheres estão no entanto em percentagem diminuta na concorrência com os homens como

candidatas à Assembleia Constituinte (15%). Tal é a conclusão mais evidente da observação dos quadros e mapa anexos. Outros comentários são seguidamente apresentados:

1. A posição das mulheres nas listas à Assembleia Constituinte é

subalterna em relação à dos homens, verificando-se que apenas 6 mulheres ocupam o 1.º lugar nas listas, 11 o 2.º e 8 o 3.º. Refere-se em seguida à distribuição por partidos e distritos, com a indicação de profissões, das candidatas nos 3 primeiros lugares

1.º LUGAR:

Partido	Distrito	Profissão
CDS	Bragança	Professora
	Castelo Branco Santarém	Doméstica Advogada
FSP	Viseu	Enfermeira
MDP/CDE	Leiria	Economista
PCP	Vila Real	Prof. do Ensino Secundário

(1) Na população economicamente activa não estão incluídas: a população com ocupação, nomeadamente donas de casa, domésticas, familiares e proprietárias, a população estudante, reformada, inválida.

2.º LUGAR:

Partido	Distrito	Profissão
CDS	Aveiro	Licenciada em Filosofia
	Beja	Estudante
	Faro	Técnica quadros superiores
FEC	Vila Real	Professora
FSP	Vila Real	Estudante
PCP	Viana do Castelo	Médica
	Funchal	Empregada de escritório
PPM	Portalegre	Prof.º do ensino secundário
PS	Beja	Empregada de escritório
	Évora	Jornalista
	Guarda	Prof. do ensino secundário

3.º LUGAR:

Partido	Distrito	Profissão
FEC	Coimbra	Operária
	Leiria Lisboa	Funcionária administrativa Empregada de limpeza
FSP	Vila Real	Empregada de comércio
PPD	Funchal	Doméstica
PPM	Coimbra	Professora
PS	Porto	Escritora
UDP	Lisboa	Empregada de escritório

2. Actividades ou profissões predominantes nas candidatas propostas pelos vários partidos à Assembleia Constituinte (por ordem decrescente):

- empregadas de escritório;
- operárias;
- domésticas;
- professoras do ensino primário;
- professoras do ensino secundário;
- profissões liberais.

3. A participação das mulheres por partidos em relação ao total de candidatas, revela:

- A maior participação das mulheres (em %) é nos partidos FEC e LCI, sendo este

último o que concorre em menos distritos.

- A menor participação relativa (em %) nos partidos FSP, PCP, MDP/CDE e PPD.

4. Da análise dos programas de partidos políticos conclui-se que:

- Os partidos que têm capítulos específicos sobre a mulher são: MDP/CDE, PPD e PS.
- Os partidos que abrangem o tema mais alargado de questões relativas à condição feminina, são: MDP/CDE, PCP, PPD e PS.
- As bases programáticas relativas à condição feminina de diferentes partidos incidem especial nas áreas de protecção à maternidade e do trabalho.

Áreas relativas à situação da mulher contempladas nos programas dos partidos políticos

	CDS	FEC (m-l)	FSP	LCI	MES	MDP/ /CDE	PCP	PPD	PPM	PS	PUP ⁽¹⁾	UDF
IGUALDADE PERANTE A LEI												
● Igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres ou entre cônjuges						x		x		x		
● Revisão do Direito de Família								x			x	
TRABALHO												
● Igualdade de oportunidades e acesso ao trabalho, à educação e cultura						x						
● A trabalho igual salário igual						x	x	x			x	
● Salário para a dona de casa											x	
● Proibição de trabalhos pesados							x					
MATERNIDADE												
● Função social da maternidade								x			x	
● Protecção à gravidez, parto e maternidade	x		x			x	x	x	x	x		
● Criação de infraestruturas de apoio à maternidade e à infância	x		x			x	x	x	x	x		x
● Protecção às mães solteiras	x											
PLANEAMENTO FAMILIAR												
● Planeamento familiar								x				
● Revogação da legislação do aborto											x	
PROSTITUIÇÃO												
● Combate à exploração do corpo da mulher								x				
● Recuperação das prostitutas											x	

(1) Não foi possível obter o respectivo programa.